

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 057

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE MAIO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Neivo Beraldin.

Às dezesseis horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 541/2001, item 12, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (**Elio Lino Rusch**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao horário das lideranças: PL, PSC, PSL, PPS.

(**Declinaram**).

PDT com a palavra. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Verificando a Ordem do Dia desta Sessão, senhor presidente, encontramos no item 11 mensagem do Poder Executivo, Mensagem nº 047/2001: “Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná”.

Eu queria dizer a V. Exa. que, em concordância com o deputado Ademar Traiano, não temos objeção, mas queremos mais esclarecimentos, com referência a esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. pode fazer um requerimento solicitando a retirada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Se a liderança do governo assim concordar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. pode fazer, se não concordar, vai para o voto.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Preciso de aprovação do Plenário.

Queria passar a palavra ao deputado Ademar Traiano e ver qual é o pensamento do líder do governo em exercício.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Lamento o pleito do líder do PDT, senhor presidente, mas vamos submeter o projeto à apreciação no dia de hoje. Amanhã é outro dia.

Segunda-feira nós conversamos, deputado Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT; PPB; PMDB; PFL; PSDB; PTB.; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga o título e Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. Annibal Bianchini da Rocha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na Comarca de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Godoy Moreira, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Jussara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Presbiteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - Acamsop/14, com sede e foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 09**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede no município de Roncador e foro na Comarca de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a criação de farmácias populares no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2000, e 22/08/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 269/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 269/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a criação de farmácias populares no Estado do Paraná.

Emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 269/2000, juntamente com as duas emendas anexas.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 269/2000

Revoga-se a súmula anterior, passando a mesma a ter nova redação com a seguinte redação:

“SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a criar farmácias populares no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA  
PROJETO DE LEI Nº 269/2000

Acresce parágrafo único ao artigo 5º, e dá-se nova redação ao *caput* do mesmo, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, elaborará e atualizará as listas de medicamentos essenciais, atendendo as necessidades sanitárias da população.

Parágrafo Único - Caberá à mesma secretaria, expedir normas disciplinares e mecanismos de fiscalização”.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 269/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Praczyk, visa dispor sobre a criação de farmácias populares no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 269/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a criar farmácias populares, no Estado do Paraná, destinadas à comercialização de medicamentos genéricos, diretamente ao consumidor, o que torna a medida proposta meritória, uma vez que oportuniza às pessoas de baixa renda a aquisição de remédios, hoje inacessíveis à maioria da população.

Não obstante se constitua o ramo farmacêutico em atividade comercial afeta a iniciativa privada, a saúde, como serviço público essencial, é dever do Estado, devendo este promover os meios necessários para a sua realização. Neste aspecto, vale lembrar que a saúde constitui-se em direito fundamental do cidadão, previsto constitucionalmente - Arts. 6º. CF e 12, II, CE.

De nada adianta o Estado se propor a zelar pela saúde, se a maioria da população não dispõe de recursos para a aquisição de medicamentos. Neste ponto reside o mérito do projeto, ao oferecer mecanismos ao governo para dar cumprimento ao referido mandamento constitucional.

Pelo exposto, o parecer é favorável ao projeto, opinando pela sua aprovação, com o acatamento da Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que insere parágrafo ao artigo 5º, para melhor adequação do texto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2002

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo- mensagem nº 047/2001, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ E CF. (Publ. no DA, nº 140/2001, de 03.10.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 495/2001  
MENSAGEM Nº 47/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 495/2001, objeto da Mensagem nº 047/2001, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de serviços civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

As consignações, isto é, os descontos em folha de pagamento de valores, estão reguladas no Estatuto do Servidor Público, Lei nº 6.174/70, nos artigos 165 e 168.

O Decreto nº 3.062/97, que alterou o Decreto 1.458/95, regulamenta quais os descontos obrigatórios a que estão sujeitos os servidores ativos e inativos do Poder Executivo do Estado.

A iniciativa de lei alterando o Estatuto do Servidor Público é privada do Poder Executivo, nos termos do artigo 66 da Constituição Estadual. A deliberação do projeto de lei é reserva constitucional da Assembléia Legislativa. Dessa forma, inviável a delegação solicitada no Projeto de Lei nº 495/2001, para alterar a legislação mencionada através de decreto.

Cabe salientar que o conteúdo pertinente à lei não pode ser objeto de decreto. “A lei é geral, porque as suas disposições são tomadas em abstrato, podendo ser aplicadas a todos os casos futuros capazes de ser abrangidos pelo seu enunciado. Não foi editada tendo em vista, um indivíduo ou vários indivíduos determinados, destinando-se, antes, a todos os indivíduos nas condições determinadas pelo texto”.

A matéria em análise requer pedido expresso do Poder Executivo para formar-se a delegação incerta no artigo 68 da Constituição Federal e artigo 72, da Constituição Estadual.

No caso da reformulação do decreto que regula a consignação em folha de pagamento, já é competência do Poder Executivo e não depende de autorização legislativa.

No que se refere à técnica legislativa, o artigo 9º da Lei Federal nº 95/98, dispõe que “quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições revogadas”.

A cláusula genérica de revogação existente no artigo 2º do Projeto de Lei nº 495/2001, fere a técnica legislativa.

Isto posto, emitidos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 495/2001, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 12.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 495/2001  
MENSAGEM Nº 047/2001**

O Projeto de Lei nº 495/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - É compulsória a consignação em folha de pagamento de militares, servidores civis ativos, aposentados e dos pensionistas para:

I - Quantias devidas em contribuições fixadas em favor da Fazenda Estadual ou Federal e da Parana previdência;

II - contribuição previdenciária;

III - prêmio de seguro de vida compulsório em favor da Parana previdência;

IV - pensão alimentícia e outras quantias, em cumprimento a decisão judicial;

Art. 2º - Além dos descontos compulsórios, será permitida a consignação de:

I - Prêmio de seguro de vida em grupo, emitido por companhia de seguros, cujo estipulante seja a Parana previdência;

II - mensalidade de plano de saúde e serviço de emergência médica;

III - amortização de financiamento de casa própria;

IV - aluguel para fins de residência do consignante;

V - despesa efetuada em supermercado, farmácia e ótica;

VI - despesa hospitalar e odontológica;

VII - mensalidade de curso regular promovido por instituição de ensino fundamental, médio e superior;

VIII - mensalidade de associação e sindicato, legalmente reconhecidos como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná;

IX - empréstimo de instituição bancária, financeira e de entidade aberta de previdência privada;

X - contribuição para entidade aberta de previdência privada;

XI - despesa decorrente de crédito rotativo.

Art. 3º - A consignação em folha de pagamento será permitida para:

I - servidor efetivo regido por estatuto estadual;

II - servidor ocupante de cargo em comissão;

III - servidor contratado sob regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho;

IV - militar do Estado;

V - servidor aposentado;

VI - pensionista.

Parágrafo Único - O servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo a cargo efetivo e o servidor contratado por prazo determinado, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT podem consignar desde que o pagamento seja em parcela única.

Art. 4º - O total das consignações não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da base de descontos, correspondendo esta base ao somatório do vencimento básico acrescido de vantagens fixas do consignante ativo, proventos, os benefícios de aposentado e pensionista, respectivamente, deduzidos os descontos legais.

§ 1º - O limite estabelecido neste artigo poderá ser elevado em até 70% (setenta por cento) da base de descontos, exclusivamente para atender despesas em cumprimento a decisão judicial, educação formal, despesa

hospitalar, aluguel ou amortização de financiamento de imóvel destinado à moradia própria.

§ 2º - Nenhum consignante poderá receber quantia líquida inferior a 30% (trinta por cento) da base de descontos.

Art. 5º - Os descontos compulsórios precede os facultativos e ambos serão suspensos nos casos em que houver insuficiência de margem consignável, obedecida a classificação decrescente estabelecida nos artigos 1º e 2º.

Art. 6º - O desconto consignado em folha de pagamento será discriminado no contracheque do consignante e pago ao consignatário, no prazo de cinco dias úteis, contado da data do desconto.

Art. 7º - Ficam revogados os artigos 165 a 168 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e o artigo 101 da Lei 6.417, de 03 de julho de 1973.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 495/2001

#### P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 495/2001, proveniente da Mensagem nº 47/2001, do Poder Executivo, tem por objetivo definir e atualizar normas pertinentes à consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do eminente deputado Antonio Carlos Belinati, apresentou substitutivo a este projeto e manifestou-se pela sua aprovação.

A Comissão de Finanças, chamada à manifestação exigida pelo artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação, na forma da Emenda Modificativa e Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 24.04.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO PROJETO DE LEI Nº 495/2001

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 495/2001, oriundo da Mensagem nº 47/2001, passa a vigorar com a modificação proposta ao *caput* e ao inciso II, e com acréscimo de inciso XII, com as seguintes redações:

“Art. 2º - Além dos descontos compulsórios será permitida, com autorização expressa do servidor, a consignação de:

II - Mensalidade de plano de saúde, serviço de emergência médica, e assistência funeral;

XII - débito decorrente de utilização de cartões de crédito”.

Sala das Comissões, em 24.04.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu gostaria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado. Registrados os votos contrários dos deputados da Oposição, presentes na Sessão.

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 541/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a, conceder pelo prazo de cinco anos, os mesmos incentivos oferecidos às empresas beneficiadas pelo Decreto nº 4323 de 29/06/2001, a empresas, do setor madeireiro, indústrias de alimentos e indústrias de carnes, que se inscreverem no Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná - Prodepar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. (**Publ. no DA nº 152/2001, de 22/10/2001**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 541/2001

#### P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 541/2001, de autoria do ilustre deputado Nereu Moura, que “autoriza o Poder Executivo a conceder às empresas, do setor madeireiro, indústrias de alimentos e de carnes, pelo prazo de cinco anos, os mesmos incentivos oferecidos às empresas beneficiadas pelo Decreto nº 4.323, de 29.06.2001, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná - Prodepar”.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e de técnica legislativa, este Projeto se encontra em condições de tramitar pelas demais Comissões desta Casa, com emissão do presente parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 541/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a conceder

às empresas, do setor madeireiro, indústrias de alimentos e de carnes, pelo prazo de (05) cinco anos, os mesmos incentivos oferecidos às empresas beneficiadas pelo Decreto nº 4.323, de 29 de junho de 2001, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná - Prodepar”.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. Conforme podemos observar na justificativa do autor, esses benefícios devem ser estendidos aos pequenos empresários que são os maiores empregadores do Paraná e hoje passam por dificuldades, pela grande carga tributária incidente sobre seus produtos, inviabilizando o prosseguimento de suas atividades trazendo desemprego e às vezes até a falência das mesmas.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 541/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, visa autorizar o Poder Executivo a conceder pelo prazo de 05 (cinco) anos, os mesmos incentivos oferecidos às empresas beneficiadas pelo Decreto nº 4.323, de 29/06/2001, às empresas, do setor madeireiro, indústrias de alimentos e indústrias de carnes, que se inscreveram no Programa de Desenvolvimento Econômico Tecnológico Social do Paraná - Prodepar.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

Sobre o referido, projeto, requerimento nº 1159, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 541/2001.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Farmácia Básica para o funcionário público estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 604/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Farmácia Básica para os funcionários públicos estaduais.

Tal iniciativa visa beneficiar o funcionalismo através da possibilidade de aquisição de medicamentos genéricos com preço mais acessível.

Chamada esta comissão a manifestar-se, nada encontrou que pudesse impedir o trâmite deste projeto nas demais Comissões desta Casa.

Portanto, nosso parecer é favorável à discussão e votação da proposição.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 604/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Farmácia Básica para os funcionários públicos do Estado.

Chamada esta Comissão de Saúde Pública, para emitir o seu parecer, observamos que não existe nenhum óbice quanto à sua normal tramitação nesta Casa de Leis. Isto posto, manifestamos o nosso parecer favorável ao Projeto de Lei nº 604/2001.

Sala das Comissões, em 24.04.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
RENATO GAÚCHO - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 648/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Produtores Rurais de Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 648/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 648/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 650/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 650/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 650/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 653/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 653/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do



Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador-PR e foro no município de Iretama-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 656/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 656/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Produto-

res Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 655/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 655/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que institui o programa cota de participação voluntária para manutenção de entidades de assistência a portadores de necessidades especiais, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 658/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, visa instituir o Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assis-

tência a Portadores de Necessidades Especiais, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 658/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, visa instituir o “Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais no Estado do Paraná”.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à aprovação do presente projeto nos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade.

Chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos que a implementação do referido Programa é meritória, utilizando-se do valor de 1% (um por cento) sobre a fatura mensal dos gastos efetuados pelos consumidores nos serviços públicos de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 658/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 169/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que institui o “Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais”, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação. Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.05.2002.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente  
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix,

com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 676/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão e base territorial no município de Fênix.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 676/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no município de Fênix e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 699/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Dois Vizinhos de Produtores Rurais, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11.12.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 699/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Dois Vizinhos de Produtores Rurais, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 699/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comunitária Dois Vizinhos de produtores Rurais, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 187/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário e outros, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população. **PARECER FAVORÁVEL**

**DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2002

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei Nº 07/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário e outros 17 deputados, constituindo Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população.

Esta Casa Legislativa já investigou a formação do cartel dos supermercados, cuja comissão foi constituída em 12 de abril de 2000. Contudo, os trabalhos dessa Comissão há foram concluídos, tendo em vista o final do prazo estipulado, e deixaram muitas discussões, exigindo a continuidade das investigações.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Resolução nº 07/2002.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 579/2001; 034, 035, 126 e 135/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 269/2000, 495, 604, 648, 650, 653, 656, 655, 658, 676, 699/2001; 187/2002 e do Projeto de Resolução nº 007/2002.

Levanta-se a Sessão.

**Atas de Comissão:**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de 2002, às 11h30m, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares da Comissão de Obras deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Edson Strapasson, presidente da Comissão, juntamente com a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, deputados: Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, presidente da mesma, com o intuito de deliberar sobre matéria referente à instalação do Novo Aterro Sanitário

de Mandirituba, contando com a presença de representantes dos órgãos competentes senhores: Luiz Carlos Chimmim Claudino, prefeito municipal de Mandirituba; Dra. Flávia Lemos, promotora de justiça, titular da Comarca da Fazenda Rio Grande em substituição a presença do senhor promotor de defesa do Meio Ambiente do Ministério Público, Dr. Honorato Saint Clair dos Santos; Mário Sérgio Razera, presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; Gil Fernando Bueno Polidoro, geólogo, coordenador do Prosam/Comec, representando esta presidência; tendo também, como participação, moradores do município de Mandirituba senhores: Antonio Villaca Torres, membro do Fórum permanente da Cidadania de Mandirituba, Sra. Sônia Anrelink, proprietária do terreno a ser atingido, representada pelo senhor Arnaldo Ferreira, advogado da citada; Sr. Cláudio Ribeiro, representante do Fórum de ética e cidadania. O deputado Neivo Beraldin abre a reunião, o senhor deputado Edson Strapasson toma a palavra expondo ser esta reunião, realizada atendendo sugestão de plenário, abordada pelo deputado Neivo Beraldin; durante a reunião foi constatado a necessidade de solicitar via ofício, documentos que integram o presente processo do aterro sanitário, solicitação aprovada pelos participantes, que ficariam no aguardo do envio para ser realizada nova reunião em data a ser marcada. Nada mais havendo a tratar encerraram-se os trabalhos, dos quais para efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Sérgio Spada, Ademar Traiano, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 699/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 652/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 145/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de

Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 138/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 146/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 166/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 170/2002, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 171/2002, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 172/2002, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 178/2002, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 185/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 186/2002, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 187/2002, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 190/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 192/2002, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 665/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 122/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 071/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 093/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 117/2002 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 037/2002 de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 645/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 651/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa -

APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 655/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 650/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 648/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 653/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 656/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 646/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 142/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 143/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 144/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 347/2001 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 696/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 160/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 007/2002 de autoria do deputado Geraldo Cartário e outros. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 222/2002 de autoria do Ministério Público. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 188/2002 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 220/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 116/2002 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 666/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 713/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente,

pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Luiz Fernandes Litro, Fernando Ribas Carli e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 483/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 530/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Newton Fraga, secretário de Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Newton Fraga - Secretário

## Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

### R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/2002

conceder a JUPIRA MARTINS DE OLIVEIRA, viúva do ex-deputado estadual Cândido Machado de Oliveira Netto, falecido em 23 de setembro de 2001, pensão mensal estabelecida pela Lei de nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, com o valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 1884/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/2002

conceder a RITSUKO MURASSAKI, companheira do ex-deputado estadual Ernesto Gnoato, falecido em 19 de fevereiro do corrente ano, pensão mensal de acordo com o artigo 1º, da Lei Federal nº 9.278/96, e estabelecida pela Lei de nº 4.763/63, com o valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426/2002.

(Prot. nº 1422/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 087/2002

conceder a GENÉSIO APARECIDO MENDES, matrícula nº 40305, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Ordem do Dia, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 1615/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 088/2002

conceder a JACINTA ELIZA KROETZ, matrícula nº 41040, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista N - E - 6, lotado no Serviço Médico Odontológico, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 1272/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 089/2002

conceder a STELA MARIS AGUIAR MACHADO, matrícula nº 614, ocupante do cargo de Taquígrafa "B", nível NU-4, Ref. I, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seus superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 1619/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 090/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ILKA ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, matrícula nº 10008, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legis-

lativa, na forma do artigo 30, da lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40 do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 2101/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 091/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ENIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula nº 475, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40 do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 2282/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 090/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ZELMA LOPES WOJCIK, matrícula nº 176, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40 do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 2336/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 093/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula nº 181, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40 do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 2586/2002)